

O pensamento jornalístico de Albert Camus sobre a questão argelina¹

Arthur Freire Simões Pires¹

<https://orcid.org/0000-0002-4596-6306>

1 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Porto Alegre (RS). Brasil.

Resumo: Este estudo se dedica a esmiuçar o pensamento jornalístico de Albert Camus sobre a questão argelina. Leva-se em consideração que, durante a Guerra da Argélia, Camus foi imputado como uma figura que defendia a política colonial (ou acusado de não ter capacidade de assumir uma posição), enquanto, conforme descoberto no exame, durante a década de 1940, em certa medida, jornalistas franceses o taxaram de ser conivente diante dos atentados de grupos nacionalistas. Lastreado em uma metodologia baseada, em especial, nos escritos de Pocock (2013), foi observado que a preocupação primordial de Camus foi a garantia de um estado democrático. O argelino alertava sobre a ascensão nacionalista enquanto demandava uma reparação histórica por parte da França e sublinhava a responsabilidade dos franceses no que se refere ao *status quo* da época na região do Norte do continente africano.

Palavras-chave: Albert Camus; Argélia; França; história do jornalismo; história do pensamento jornalístico.

Abstract: **Albert Camus' journalistic thinking on the Algerian issue** - This paper is dedicated to analysing Albert Camus's journalistic thinking on the Algerian issue. It takes into account that during the Algerian War, Camus was imputed as a figure who defended the colonial policy (or accused of not having the capacity to assume a position), while, as discovered in this study, during the 1940s, to a certain extent, French journalists accused him of colluding in

1 Agradece-se pela leitura prévia do manuscrito e dedica-se o trabalho ao professor Marçal Paredes, que, com seu "método Chacrinha", ajudou a desenvolver este estudo — bem como é figura fundamental na formação acadêmica do autor.

the face of attacks by nationalist groups. Supported by a methodology based, in particular, on the writings of Pocock (2013), it was observed that Camus's primary concern was the guarantee of a democratic state. The Algerian author warned about the rise of nationalism while demanding historical reparation from France and underlined the responsibility of the French regarding the status quo at the time in the northern region of the African continent.

Keywords: Albert Camus; Algeria; France; journalism history; history of the journalistic thinking.

Aspectos introdutórios

No ano em que se comemora os 110 anos do nascimento de Albert Camus, este trabalho se dedica a estudar o pensamento desse autor ante a questão argelina com o objetivo de compreender seu posicionamento naquele que foi o princípio do conflito de independência. É considerado, de antemão, que o filósofo do *absurdo* adquiriu uma pecha negativa com o passar dos anos. Criticado por seus contemporâneos que advogavam em causa do fim imediato da presença francesa no continente africano, o estigma perpetuado sobre o autor é o de uma “incapacidade de tomar posição” (JUDT, 2014, p. 133), ou de um defensor da manutenção do regime colonialista, ou seja, uma Argélia Francesa (DOSSE, 2021; YAZBEK, 2010). Ao contrário, todavia, da visão predominante acerca de como o escritor *pied-noir*² se pos-tava diante dos fatos, as críticas durante a década de 1940, conforme os resultados encontrados neste estudo, estão no caminho oposto (CAMUS, 2007, 2013). A variedade de desaprovações de diferentes naturezas, em se tratando do posicionamento do argelino, carrega uma problemática quanto a suas perspectivas do tema: como Camus se inseria na discussão sobre a questão argelina (isto é, a gênese do que viria a se tornar o conflito de independência dez anos depois)?

A discussão na qual Camus se insere, instaurando o dissenso, precede em cerca de dez anos o levante de vários intelectuais franceses, como Jean-Paul Sartre, em defesa da emancipação das colônias da África do Norte. Entre o fim da primeira metade e início da segunda do século XX, houve uma maior mobilização contrária à política colonial, em favor da autodeterminação dos povos (DOSSE, 2021). Desta maneira, a fase do debate público francês em

2 Expressão designada a europeus que migraram para a Argélia durante o período de povoamento do território e aos seus descendentes, caso de Camus.

relação ao departamento de ultramar argelino era outro.³ Naquele período, de acordo com os dados encontrados, a discussão vinculada à Argélia era pautada em uma eventual resposta da metrópole aos protestos e ataques realizados por separatistas árabes. Sendo assim, a história evidencia que, se não houvessem discordâncias no campo das ideias sobre todos os temas possíveis, algumas delas jamais teriam sido constituídas (BERLIN, 2002), e, a questão argelina parece contemplar a regra histórica.

Será necessário, para responder à pergunta, ir além dos escritos do próprio Camus e consultar seus contemporâneos, bem como outras fontes históricas para que seja possível compreender as condições historicamente colocadas naquele momento. Tendo isso em vista, este texto recorre às bases metodológicas dos escritos de John Pocock (2013) e Quentin Skinner (1999), da Escola de Cambridge de História das Ideias, com o propósito de tentar reconstituir a intencionalidade e as circunstâncias em que o debate se encontrava. Depois, apresentarei um esboço da cronologia do escritor argelino e sua compreensão do fazer jornalístico, com o intuito de traçar seu perfil intelectual e político, até, ao fim e ao cabo, realizar o movimento exegético sobre o arcabouço de textos jornalísticos do autor de *A peste*.

Pressupostos metodológicos

Os estudos de jornalismo tanto contemplam o fazer contemporâneo ao período no qual o pesquisador se insere, como também abarcam a investigação histórica; ao observar, no entanto, o paradigma do exercício de pesquisa, via de regra, a prática investigativa tem dois limitadores procedimentais que empobrecem os exames. O primeiro é o estudo de agentes, ideias e ou discussões, despojado das contradições, das condições históricas formativas das problemáticas sob as quais estão circunscritos os atores estudados. Depois, a segunda questão restritiva, atrelada sobretudo à análise histórica, deságua em assumir, de maneira silenciosa ou oculta, o jornalismo como somente espaço da técnica. Em outras palavras, compreender os jornalistas como simples coletores e difusores de informações, os quais não são afetados pelo *espírito do tempo*.

3 A Argélia foi colonizada pela França e esse processo começou no século XIX. No entanto, no século XX, foi promovida a *departamento de ultramar*. Por óbvio, não reduz as consequências da colonização (a política colonial, em grande medida, permaneceu), mas alguns direitos foram cedidos, como a possibilidade de se tornar cidadão francês (de início, apenas aos descendentes de europeus e, depois, às pessoas de origem árabe) e poder de voto. Estas características diferem a condição da Argélia em relação a outras colônias francesas, como Madagascar e Senegal.

Descolada do ambiente de contradições, do debate público e de disputa política, a pesquisa em jornalismo, quando está nos termos descritos, acaba por ser um mero instrumento de observação de um recorte microscópico ou da atuação de um personagem distante de seu enredo. Uma vez que se despreza as idiosincrasias dos agentes estudados (leia-se sua trajetória, suas origens etc., bem como o país em que estão radicados durante a redação do texto analisado), eis o anacronismo. Afinal, quando um trabalho desconsidera as discussões políticas nas quais o autor que se estuda está inserido, suprime-se a gênese daquele pensamento, deslocando de seu *métier* intelectual.

Com o objetivo, portanto, de retornar à França do século XX e compreender o pensamento jornalístico de Camus ante a gênese do conflito de independência da Argélia, que é a problemática deste trabalho — uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa —, recorrer-se-á a bases metodológicas situadas na tradição inglesa da historiografia, mais precisamente a Escola de Cambridge de História do Pensamento. Logo, toma-se os historiadores Quentin Skinner (1999) e John Pocock (2013) como pressuposto metodológico do exercício de pesquisa. Conforme o primeiro, em se tratando da pesquisa do pensamento, faz-se necessário ir além dos cânones, das noções históricas preestabelecidas.

Em nome da apuração do *zeitgeist*⁴ sob o qual se concentra o estudo, deve-se abdicar de uma linearidade sequencial assumida por causa da falta de triagem e criticismo em relação às obras selecionadas. Skinner, em outras palavras, portanto, demanda que a investigação científica de dimensão histórica busque referências para além daquelas tidas como paradigmáticas, em nome de uma compreensão fidedigna das discussões responsáveis pelos contributos daquele período. Afinal, “herdamos uma teoria a qual continuamos a aplicar, mas que não compreendemos realmente” (SKINNER, 1999, p. 89), sustenta o autor. Desta maneira, “se é assim, entretanto, então uma das maneiras — talvez a única — de melhorar nossa compreensão será voltar à conjuntura histórica em que este modo de pensar sobre política foi pela primeira vez articulado e desenvolvido” (SKINNER, 1999, p. 89).

Em vista disso, converge, em grande parte, com aquilo que John Pocock arrazoava: o exame historiográfico reside sobretudo na compreensão do discurso político do período estudado. Porque a dimensão histórica “deve

4 Clímax dominante sobre um período histórico; *espírito do tempo*.

possuir e prescrever um passado constituído pelas configurações sociais, acontecimentos históricos, valores reconhecidos e modos de pensar sobre os quais ele pode falar” (POCOCK, 2013, p. 37) sendo, portanto, um indicativo da temperatura dos debates de determinado momento. Afinal “o que a um pesquisador pode parecer a geração de mal-entendidos e confusões linguísticas”, sustenta o autor, “a outro pode parecer a geração de retórica, literatura e história do discurso” (POCOCK, 2013, p. 33). Seu argumento defende que, ao observar o passado, deve-se ter em mente que aquela linguagem não é atemporal, mas fruto de um contexto e que, em sua conjuntura, aquele discurso está respondendo a uma problemática coetânea. Ele é produto das circunstâncias nas quais está inserido. Desta maneira, o exame do pensamento de uma época descamba para uma apreensão de como as performances afetam a linguagem de seu grupo ou comunidade, de como outros atores foram influenciados pela seara discorrida, entre outras possibilidades. Pocock salienta sobretudo o papel dos *lances*⁵, os quais, em linhas gerais, são atuações e, em especial, inovações em contextos linguísticos. Em outras palavras, quebras paradigmáticas (mesmo que suas reverberações não sejam no mesmo período histórico). A tarefa de reconstituir sua intencionalidade e como ele se inseria naquele contexto, portanto, vai além de uma obra ou um documento:

Agentes atuam sobre outros agentes, os quais, por sua vez, efetuam atos em resposta aos deles e quando ação e resposta são efetuadas através do meio da linguagem, não podemos absolutamente distinguir a *performance* do autor da resposta do leitor. É verdade que nem sempre é isso o que acontece na literatura política. O manuscrito do autor pode permanecer em um arquivo por centenas de anos antes de ser publicado — como ocorreu com os relatórios de Clarke dos debates de Putney e com a maior parte dos trabalhos de Guicciardini — e, com relação ao período anterior à publicação, temos de pensar no texto menos como uma *performance* que como um documento, menos como um ato do que como um indício de que um certo estágio de consciência, e de uso da linguagem, existia em um tempo determinável. [...]. Um autor pode ter escrito meramente a e para si, ou ter feito um registro privado de pensamentos que desejava ocultar dos outros. Textos escritos dessa maneira não perdem por isso o caráter de ações históricas efetuadas por agentes conscientes de seu papel e de sua ação (POCOCK, 2013, p. 42-43).

5 O tradutor Fábio Fernández traduziu a expressão *made a move* (tradução livre: fez um movimento; fez um lance) como *lances*.

Em síntese, o que Skinner e Pocock propõem ao campo da historiografia é uma alternativa à forma de se fazer ciência, com o objetivo de tentar observar eventos, períodos e pessoas o mais próximo possível da temperatura, do clima e da pressão encontrados em seus contextos originais. O caráter linguístico se vê presente porque ambos os historiadores estão radicados no campo da história do pensamento, mais especificamente no pensamento político, e, para isso, Pocock recorre a uma análise de contextos linguísticos, salientando as investidas realizadas por atores para irromper o *status quo* vigente no debate intelectual. Com isso, um dos seus propósitos é a complexificação da gênese e do desenvolvimento dos conceitos, porque as acepções nascem e são alteradas no decurso da história e estas modificações acontecem em decorrência das condições históricas que cercam o debate político. A pergunta “o que o autor estava fazendo?” (ressaltada tanto por Skinner quanto por Pocock como questionamento fundamental do exercício historiográfico do pensamento) diz mais respeito às circunstâncias e às conjunturas sob as quais o autor estudado estava inserido do que a ele somente. Em outras palavras, é necessário que se compreenda qual e como foi o ambiente formador de determinada ideia ou argumento e, depois, os porquês das novas acepções em terrenos específicos. O movimento feito no presente trabalho, no entanto, é o de transportar esses preceitos para os estudos de jornalismo, com a finalidade tanto de aprofundar as discussões que os espaços jornalísticos proporcionam, bem como de repensar o jornalismo do ponto de vista epistemológico.

Ao levar em conta o propósito deste estudo, a apreensão feita do arcabouço metodológico dos dois autores de Cambridge atende ao objetivo de observar o posicionamento de Camus durante a questão argelina, de modo que seja possível compreender sua leitura acerca do prélio e de como as perspectivas por ele elaboradas, *grosso modo*, distinguem-se das opiniões de seus contemporâneos. Em razão disso, serão considerados os ensaios jornalísticos da primeira série de textos dedicados à sua terra natal, intitulada *Crise en Algérie* (Crise na Argélia)⁶, publicada em maio de 1945. Entremear-se-ão com uma bibliografia que oferece outras vozes para aquele momento — como, a título de ilustração, as obras de Judt (2014), Moraes (2022), Pellissier (2016) e Yazbek (2010), a fim de que este artigo se aproxime o máximo possível do contexto sob o qual os eventos aconteceram.

6 A série inclui os ensaios: *Crise na Argélia*, *Fome na Argélia*, *Navios e Justiça*, *O mal-estar político*, *O partido do Manifesto* e *Conclusão*.

Trajetória e jornalismo

Natural de Mondoví (hoje Dréan), nascido em uma vinícola, Camus veio de uma família paupérrima e, antes de completar um ano, tornava-se órfão de pai –morto em combate durante a Primeira Guerra Mundial, defendendo a França, na Batalha de Marne. As condições de vida que o conceberam, segundo o próprio autor descreve, “para corrigir uma indiferença natural”, puseram-no “a meio caminho entre a miséria e o sol” (CAMUS, 2018, p. 15), em especial, porque se as circunstâncias em sua família eram difíceis, tornaram-se ainda mais complicadas. Mudaram-se para Argel, mais especificamente para o bairro de Belcourt, onde a mãe, uma faxineira analfabeta e parcialmente surda, sozinha, criou e sustentou Camus e seu irmão.

Ainda criança, a pobreza faria Camus ter que parar os estudos não fosse o professor Louis Germain interceder, convencendo a mãe do escritor a investir na continuidade de sua formação escolar por meio de uma bolsa de estudos no principal liceu de Argel. Na adolescência, por volta de seus 16 anos, Camus foi diagnosticado com tuberculose, doença que o afastou do futebol e, anos depois, na Universidade de Argel, seria o impeditivo para prosseguir rumo à carreira acadêmica. Neste ínterim, ele se inseriu nos meios artístico e político de sua terra, passando a escrever ensaios e ficção até ingressar na redação do jornal de esquerda não comunista *Alger Républicain*, criado em 1938. Neste periódico, sob a direção de Pascal Pia, vive um primeiro auge como jornalista, redigindo mais de uma centena e meia de artigos, em que relata e evidencia cenas do cotidiano conturbado daquela colônia francesa.

Apropriando-se da crônica judiciária, Camus denunciou as arbitrariedades governamentais e as injustiças imanentes à colonização francesa na Argélia (BARRETO, 1971; TODD, 1998), além de antecipar o que hoje se entende por jornalismo investigativo, já que a prática da reportagem se tornou muito cara e deixou de ser tarefa rotineira dos profissionais, não ficava preso à redação. Fazendo as próprias pesquisas (em viagem ou não) e acrescentando informações garimpadas durante o processo de apuração e reportagem, contribuiu mais de uma vez para desmontar armazéns contra inocentes e alertar o público sobre o perigo do cometimento de injustiças contra os acusados em processos judiciais, notadamente os árabes. Qualquer que tenha sido a causa em que se empenhou durante essas situações, nenhuma teve tanta repercussão quanto a obtida com as reportagens sobre as condições de vida dos berberes das montanhas, uma série publicada com o título

A miséria da Cabília [1939]. Redigida em primeira pessoa, a sequência de textos estabeleceu o estilo que depois influenciaria sua carreira como literato⁷.

Camus escancarou a miséria do povo argelino sob o regime colonial francês por meio da reportagem supracitada, elucidando suas várias facetas de maneira eloquente, a ponto de causar embaraço para as autoridades e se tornar, com os companheiros de jornal, *persona non grata*. O projeto do jornal, assim, foi acumulando problemas dessa ordem, acrescido também da escassez do papel, o que resultou em dificuldades financeiras. Em seguida ao início da Guerra, Camus, entretanto, se vê guindado, no final de 1939, à condição de editor do periódico irmão, o vespertino e muito mais modesto, publicado em uma só folha, frente e verso, chamado *Le Soir républicain*.

Com sua série submetida à censura e, em seguida, proibida a continuidade de sua publicação, depois do colaboracionismo francês à invasão do exército hitlerista em 1940, Camus segue os passos de Pia e muda-se para o continente europeu, passando a ser, por poucos meses, a pedido do companheiro, secretário de redação do maior jornal do país, a folha popular *Paris-Soir*. Discordante da política editorial do veículo, o escritor decide sair da redação poucos meses depois e passa a integrar a equipe de colaboradores da Editora Gallimard, voltando a dedicar maior parte do tempo a suas atividades literárias e filosóficas (que renderiam, pouco depois, as publicações de *O estrangeiro* e *O mito de Sísifo*, ambas em 1942).

Três anos depois, Pia lhe faz novo chamado e o nomeia redator-chefe do *Combat*, órgão da resistência à ocupação alemã. Na liberação, o jornal chega a tirar 300 mil exemplares, tornando-se referência entre os setores mais intelectualizados do público leitor. Camus comanda a redação, escreve editoriais e aborda diversos assuntos, nacionais e internacionais. Acrescenta seu ponto de vista ao dos colegas no periódico, já que a folha se comportava como coletivo de expressão pluralista, seguindo programa que ele mesmo estabeleceu para a publicação. Durante os anos 1944 e 1945, escreve Winock (2000, p. 533), Camus, “estava envolvido por inteiro, apaixonado pelo caráter coletivo do trabalho, o barulho das máquinas, o cheiro da prensa, as brincadeiras e os copos de vinho bebidos com os tipógrafos, o clima de camaradagem”.

O jornalismo defendido pelo escritor parte da premissa doutrinária, em outras palavras, de que “é preciso dirigir o público: é este o papel da imprensa”

7 Vale, todavia, notar as marcas que a distinguem de sua literatura ficcional, como a sensibilidade para a experiência vivida pelo outro, a exploração do poder descritivo da linguagem e o emprego de dados estatísticos visando embasar a argumentação.

(CAMUS *apud* RENO, 1993, p. 81), enquanto entendia que jornais, quando despojados de uma leitura intelectualizada e posicionada, “são inúteis sem comentário crítico” (CAMUS, 2007, p. 32). Noticiar não basta para Camus; além de informar, é necessário abastecer o público com análises críticas e aprofundadas, a fim de o fazer entender e refletir sobre o que está em jogo. O autor, além disso, entende que é necessário estar livre das pressões monetárias, ou seja, defendia a independência econômica do jornalismo (em relação a anunciantes, por exemplo). Acreditava que graças à “fome de dinheiro e a indiferença à grandeza [cívica e moral]” (CAMUS, 2007, p. 22), a imprensa hegemônica francesa se pactuou com o nazifascismo durante a invasão da França. Para ele, “a guerra havia reforçado sua certeza da enorme responsabilidade do jornalismo. Não se podia permitir que fosse exercido por meros amadores, comerciantes de papel ou proprietários preocupados unicamente com seus lucros”, sustentou Winock (2000, p. 533), “era preciso substituir a imprensa venal de antes da guerra por um jornalismo probó, no qual os escritores teriam lugar”.

Mais especificamente sobre o exercício da profissão, Camus entendia que o ofício jornalístico era essencialmente crítico e engajado. Quer dizer, intelectualizado e, ao mesmo tempo, filiado aos extratos mais pobres da população. Definia que a moral de um país é medida pela sua imprensa, resistindo às formas de persuasão corruptoras, ao arrivismo de toda natureza. Esse ideário sobre a profissão simboliza, como arguiu Santos-Sainz (2016, s. p.), uma ruptura “com o jornalismo puramente informativo”. O *Combat* pretendia “influenciar a ação política e as decisões governamentais, a fim de desenvolver a democracia na França e fazer avançar os ideais da Resistência”, que entendia a independência como fundamento básico para um jornalismo “de verdade e de propostas, hostil à propaganda”. Assim, “o compromisso do jornal se ampara em visão da imprensa feita por jornalistas íntegros, donos de suas ferramentas, mas que também guia a opinião, é conselheira exigente e vigia do poder”.

Ocorre, entretanto, que, naquele período, os jornalistas estavam divididos quanto às últimas ideias; os intelectuais, em geral, só acolheram parte das propostas; e o mercado de jornais, em consonância com o público interessado, encontrava-se em processo de mudança. Ainda em 1945, o jornal cai de 185 mil para cerca de 150 mil exemplares. Surgem concorrentes que, vindo a adotar política editorial semelhante, tomam-lhe leitores e se tornam fortes, como o *Le Monde*. Mais para o final do ano, Camus afasta-se

da direção, a fim de se dedicar a outras atividades. Esporadicamente, segue, porém, colaborando com a publicação.

Combat representou logo depois da guerra a imprensa que trazia para os tempos de paz a filosofia que justificou a resistência. A política das mãos estendidas reuniu numa só euforia socialistas, comunistas, democratas cristãos e liberais. Terminada a guerra e voltando os partidos a disputar o poder, logo apareceram as dissensões nos aliados de véspera. A equipe do jornal, também por razões financeiras, mas principalmente por dificuldades políticas se dividiu (BARRETO, 1971, p. 22).

Camus passou a ser reconhecido como escritor e dramaturgo, fora seu novo trabalho como diretor de coleção na Gallimard, e seguiu colaborando em revistas e jornais, intervindo na agenda pública de seu tempo. Após a polêmica com Sartre, a propósito de seu ensaio filosófico *O homem revoltado*, sucedem-se os dissabores.⁸ Jornalistas da velha e da nova geração veem seu retorno à sala de redação — no jornal de grande circulação *L'Express* [1955-1956] — ora como traição a seus próprios ideais, ora como sinal de capitulação a um jornalismo de resultados partidário-empresariais, inspirado no modelo anglo-saxão. Com a perda de prestígio e as duras críticas em virtude do livro supracitado e de seus textos sobre o conflito de independência da Argélia, Camus se afasta dos holofotes da vida pública.

O destrinchar das palavras

Após vencer o prêmio Nobel de Literatura em 1957, em Estocolmo, Camus foi questionado sobre a guerra de independência da Argélia — sua consagração aconteceu quando a guerra, oficialmente, estava perto de alcançar três anos de extensão e não haviam indícios de uma resolução — e, em resposta, uma polêmica: “eu sempre condenei o terror. Devo condenar também um terrorismo que se exerce às cegas, nas ruas de Argel por exemplo, e que um dia pode atingir minha mãe ou minha família. Acredito na justiça, mas defenderei minha mãe antes da justiça” (CAMUS *apud* PELLISSIER, 2016, p. 112). A fala, que, para alguns, seria uma evidência da defesa do controle francês sobre o território argelino — narrativa, em maior ou menor grau, dominante ao considerar a relação entre Camus e a Revolução Argelina,

8 Entre eles, destaca-se outra polêmica particular com Roland Barthes, na qual as críticas da mais famosa polêmica “se projetaram também na leitura” do semiólogo francês sobre *A peste* (PINTO, 2005, p. 71).

sobretudo ao observar o que escreveram Judt (2014), Sartre (MORAES, 2022) e Yazbek (2010) —, não está descolada do espólio de textos dedicados exclusivamente a essa conflagração, os quais, em seu turno, datam muito antes de os combates de independência começarem, desde 1944.

Retrocederei alguns passos, com o objetivo de compreender como se posicionava o autor, e também de entender a declaração dada na Suécia. Para isso, é necessário abordar: (1) sua percepção acerca de conflitos armamentistas e (2) sua relação com a Argélia para, enfim, (3) debruçar-se sobre o arcabouço de editoriais e ensaios jornalísticos.

Em sua obra mais polêmica, *O homem revoltado* ([1951] 2019), elaborada por quase oito anos (ou seja, entre 1942 e 1951, sendo uma preocupação do autor durante todo esse período), Camus se dedicou a aprofundar um conceito nascido no ensaio filosófico anterior (*O mito de Sísifo*) — o da *revolta* —, de modo a analisar não mais o âmagô do ser, em caráter individual, mas seus desdobramentos sociais. Quer dizer, a vivência coletiva do *absurdo*⁹, dito de outra forma, a “peste coletiva” (CAMUS, 2019, p. 38), isto é, a coletividade ante a legitimação do assassinato. “O sentimento do *absurdo* quando dele se pretende, em primeiro lugar, tirar uma regra de ação”, segundo o autor, “torna o crime de morte pelo menos indiferente e, por conseguinte, possível” (CAMUS, 2019, p. 15). Nesse ensaio, o autor questiona a desvirtuação dos ideais revolucionários que derivam do sentimento de *revolta* rumo ao *ressentimento* e, como consequência, são corrompidos, tornando-se novas formas de dominação ou de arrivismo.

O livro, antes de mais nada, surge em resposta ao colaboracionismo às tropas hitleristas que invadiram o território francês e ao conformismo — senão incentivo, apoio — de diferentes setores da França ao ver seu país selando uma aproximação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), comandada por Stalin, em nome do combate ao nazifascismo. Além disso, acima de qualquer coisa, *O homem revoltado* se comprovou como documento do ativismo pacifista do escritor, pois condenava, exceto em momentos atípicos, toda e qualquer forma de violência e ressaltava os perigos da permanência de um momento de exceção. Segundo ele, a exceção pode ser pervertida em permanência e todo e qualquer valor subjugado em nome de um projeto. Camus, de modo geral, questiona a legitimidade dos meios

9 Conceito camusiano que determina a falta de unidade, clareza e sentido da vida, ante a demanda da humanidade pelos três elementos.

e dos fins, quer dizer, tanto a autenticidade como a validade e a perenidade dos princípios que sustentam moralmente as lutas políticas. Sua preocupação, em linhas gerais, dá-se em alertar sobre como as ideologias (em especial, as do século XX, salientando, sobretudo, o nazifascismo e o stalinismo) arquitetavam, por meio de intelectuais e políticos, uma forma de validação permanente da violência em nome de uma utopia, um bem maior, um projeto e assim sucessivamente.

Sobre o segundo ponto, seu vínculo com a Argélia, Camus, em diversos de seus textos, emprega uma linguagem que o coloca como cidadão francês, como parte da França (utiliza, *grosso modo*, o pronome *nós* e suas derivações, como *nosso país* etc.), e talvez essa seja uma das razões — além de a Argélia estar sob domínio da França — pelas quais muitas pessoas o descrevem como francês ou franco-argelino. O escritor, no entanto, difere-se da cultura francesa por diversos motivos. Não por acaso seus romances se passam em Argel (*O estrangeiro* [1942]) e Oran (*A peste* [1947]), os principais documentos que reforçam sua nacionalidade argelina são os livros *Núpcias* [1938] e *O verão* [1954].¹⁰ Neles, o autor descreve que a relação entre ser humano e natureza é diferente da cultura europeia, sendo um espaço de contemplação e de refúgio do espírito. Além disso, Todd (1998, p. 626) recupera que, em diálogo com Jean Grenier (seu mentor intelectual depois de Louis Germain), Camus declarou “ ‘nós [argelinos] somos os judeus da França’ — vítimas da discriminação da metrópole” e, ao olhar para si mesmo, ele sustentou que:

No que diz respeito à Argélia, tenho sempre receio de insistir nessa corda íntima que lhe corresponde em mim e cujo canto cego e grave eu conheço. Mas posso dizer, ao menos, que ela é minha verdadeira pátria e que, em qualquer lugar do mundo, reconheço seus filhos e meus irmãos por esse riso amigo de que sou tomado diante deles. O que amo nas cidades argelinas não se separa dos homens que as povoam (CAMUS, 2021, p. 102).

As provocações iniciais descritas têm como objetivo salientar a complexidade envolta na relação do autor com o conflito de independência argelino. Afinal, apoiar o colonizador seria uma contradição maiúscula, na mesma medida em que ignorar a gravidade de uma caça às bruxas — leia-se os atentados contra *pied-noirs* — apenas em razão de sua descendência europeia. As incongruências, em vista disso, não podem ser definidas *a priori*, mas evidenciadas

10 No Brasil, os textos foram compilados em um volume só, primeiramente como *Núpcias/ O verão* e, mais recentemente, *Bodas em Tipasa*, sendo essa a edição utilizada neste artigo.

durante o exame e *a posteriori*, sendo também parte dos resultados. Levando isso em conta, portanto, a conotação da fala de Camus — sobre a justiça e sua mãe, em meio à Revolução Argelina — ganha nova camada porque está além de uma preocupação pura e simplesmente familiar. Na verdade, evidencia sua oposição ao assassinato de inocentes, como praticado pelo Armée de Libération Nationale [Exército Nacional de Libertação] (ALN), o braço armamentista do partido político e movimento nacionalista que liderava a luta contra o domínio francês, a Front de Libération Nationale [Frente Nacional de Libertação] (FLN) (PELLISSIER, 2016; YAZBEK, 2010). Essas informações, não obstante, são insuficientes para tecer qualquer análise em virtude do contexto em que Camus estava inserido, conforme explicado antes, ele não residia mais na Argélia, logo, faz-se necessário observar as discussões que o atravessam e lhe concernem.

O contexto no qual se assentava a troca de argumentos era o da institucionalização dos nacionalistas com essa FLN, erigida a partir de um manifesto em prol da liberação da Argélia, liderado principalmente por Ferhat Abbas, publicado em 1943 (*Manifeste du peuple algérien* [Manifesto do povo argelino]), e organizada em 1944 sob o nome de *Amis du Manifeste et de la Liberté* [Amigos do Manifesto e da Liberdade]. O crescimento dessa força política representava o início do conflito que veio a eclodir em 1954, porque os nacionalistas muçulmanos começaram a rejeitar a concessão de direitos civis franceses e atacar europeus e seus descendentes, “e a reação francesa levou à morte de milhares de argelinos” (YAZBEK, 2010, p. 35).

Tendo isso em mente, enquanto articulista do *Combat*, a série de textos analisados surge em resposta a um artigo publicado no jornal *Le Figaro*, assinado pelo jornalista Wladimir d’Ormesson (1945), o qual, segundo Camus (2013, p. 91), foi visto como “mal informado e insultante” pelos muçulmanos argelinos e, por isso, viajou à Argélia durante três semanas para fazer um trabalho de reportagem aprofundado sobre a situação em seu país natal. Como alerta, ele sustenta: “tudo isso deve nos ensinar a não prejudicar nada sobre a Argélia e a nos abster de repetir clichês” (CAMUS, 2013, p. 91). Daí em diante, o autor relata que a luta do povo árabe (desde 1943) tem origem na fome, do trigo enviado à Argélia. Os árabes recebiam cerca da metade da quantidade endereçada aos europeus radicados no país do Magreb, mesmo que representassem esmagadora maioria na porcentagem populacional. A fome, a divisão injusta e o monopólio francês sobre as reservas de mantimentos (este último transferido fisicamente para a metrópole) ocasionaram

reações da população. Por sua vez, a imprensa francesa cobria os acontecimentos de maneira irrefletida, aguçando estereótipos e clamando por medidas repressivas sobre aqueles que se manifestavam veementemente contra a política colonial da França.

Eu quero lembrar as pessoas na França do fato que a Argélia existe. Com isso, quero dizer que ela existe independentemente da França [,] e seus problemas possuem sua própria textura peculiar e escala. Por isso, ninguém resolve os problemas [argelinos] seguindo o exemplo da metrópole. [...]. Toda criança francesa em idade escolar aprende que a Argélia, a qual está sob a jurisdição do Ministério do Interior, consiste em três *départements*. Administrativamente, está correto. Na verdade, todavia, aqueles três *départements* têm o tamanho de quarenta típicos *département* franceses e possuem a população equivalente a doze. Então, a burocracia metropolitana pensa que fez muito ao enviar 2 mil toneladas de grãos para a Argélia, no entanto aquela quantidade é exatamente um dia de consumo dos oito milhões de habitantes. No dia seguinte, esses têm que começar tudo de novo. (CAMUS, 2013, p. 90-91).

O interesse jornalístico francês, ao que tudo indica, deriva, em especial, dos acontecimentos políticos na África do Norte, isto é, Marrocos e Tunísia tinham um fortalecimento de grupos nacionalistas que iniciavam (ou estavam em vias de iniciar) uma amotinação contra o domínio francês. Na figura de Charles de Gaulle, em 1943, a França dava acenos para uma possível emancipação argelina (como a Conferência de Brazzaville, que almejava uma aproximação maior das colônias com a metrópole, ou, mais especificamente, a fundação do Comitê Francês para a Libertação Nacional em Argel). Mas não se sustentaram ou tiveram pouquíssimo efeito ao longo dos anos, inflando ainda mais o sentimento daqueles que militavam contra a manutenção colonial¹¹. Isto posto, Camus se lançou nesse tema em meio ao debate público francês com o intuito de combater a visão viciada, difundida sobretudo pela grande imprensa, que retratava o povo árabe argelino “como uma massa disforme sem interesse” (CAMUS, 2013, p. 91). Essa agência incidiu tanto no combate ao preconceito contra essa parcela da população, pois, segundo ele, “não são a ralé miserável e sem rosto na qual os ocidentais veem nada que valha a pena respeitar ou defender” (CAMUS, 2013, p. 90). Como

11 Vale destacar em nota que algumas das medidas, como a garantia de que árabes pudessem se tornar cidadãos franceses, foram elogiadas por Camus (2007, 2013), pois entendia que se tratava de uma tentativa de repactuação, de aproximação etc.

salientou, a única inferioridade proveniente da existência árabe ainda residia na condição de vida a qual estavam submetidos pela metrópole francesa.

O olhar do jornalismo da metrópole era objeto de crítica não apenas de Camus e do *Combat*, mas também de um de seus interlocutores. “A cobertura da imprensa francesa”, até a década de 1960, em referência a Moraes (2022, p. 125-126) em um estudo sobre a trajetória jornalística de Sartre, “era restrita aos pronunciamentos do governo sobre o conflito e aos textos filtrados dos correspondentes em Argel”, isto é, tinha uma concentração de narrativas centralizadas em veículos de natureza hegemônica, que não ofereciam uma visão dissonante à política colonialista. A partir da metade da década de 1950, Sartre assumiu uma postura muito mais ativa (e ativista), no que se refere ao conflito de independência, destacando-se em relação à maioria dos intelectuais públicos franceses da época. Defendia a emancipação argelina de maneira aberta e, além disso, fazendo críticas duras ao regime colonialista francês. Ainda segundo Moraes (2022, p. 126), “ele criticou a retórica mistificadora do governo e demoliu ponto por ponto os argumentos a favor de uma Argélia francesa”. Na mesma medida em que sua desaprovação crescia, o número de textos sobre o tema (sobretudo editoriais e ensaios jornalísticos) em sua revista — *Les Temps Modernes* — também aumentava.

Uma edição específica do periódico foi censurada em virtude das ofensas por parte de Sartre, bem como por sua incitação à “desordem na Argélia” (MORAES, 2022, p. 126). Sartre, em síntese, simbolizava uma aproximação de uma ala da esquerda francesa que endossava a FLN, independentemente das contradições desse movimento, em nome da autodeterminação dos povos. A questão envolvendo o conflito de independência argelino foi um dos catalisadores do rompimento entre Camus e Sartre: no entendimento do existencialista, qualquer postura que não fosse contrária à emancipação do povo argelino estaria de acordo com os abusos coloniais. A questão da independência da Argélia, portanto, foi um dos tópicos de discordância entre o argelino e o francês — rompimento causado pela discussão em torno de *O homem revoltado*.

Em seus esforços, na tentativa de fornecer aos leitores (majoritariamente franceses) uma leitura despojada de vícios e preconceitos sobre a situação argelina, Camus foi capaz de evidenciar não apenas a fome, mas a repressão colonial e o nacionalismo que cresciam como uma espécie de revanchismo

e resultado em virtude da violência oriunda da política colonial. Disso, vale ressaltar, primeiro, que os argelinos árabes não eram submetidos à mesma jurisdição que os *pied-noir*, e fica evidenciado, no trabalho de reportagem do autor, que existiam “tribunais especiais, mais severos em suas punições e mais sumários em seus procedimentos” (CAMUS, 2013, p. 103). Isso mantinha essa parcela da população “em um permanente estado de subordinação” — e, ainda de acordo com o autor, o abuso legal foi eliminado somente em 1944. Mais do que isso, o clima nacionalista se notabilizava na medida em que a parcela árabe da população começava a rejeitar a cidadania francesa, ainda na primeira metade da década de 1940. Camus (2013, p. 110) resumiria essa situação da seguinte forma: “quando você tem esperanças por alguma coisa por um longo período e suas esperanças são frustradas, você desvia seus olhos e seu desejo de outrora desaparece”. Acrescentando que a responsabilidade primária é da França, “a doutrina colonial francesa na Argélia, desde a conquista, não tem sido notável por sua coerência”.

Não tardou para uma tréplica, não por parte de d’Ormesson, mas de François Quilici, do jornal *La Bataille*, respondida pelos colegas de Camus no *Combat* via editorial publicado em maio de 1945. Quilici, segundo o jornal resistente, ataca Camus utilizando, como pretexto, a omissão sobre o terrorismo dos atentados realizados pela ALN contra *pied-noirs*, bem como questiona a legitimidade das informações colhidas durante o trabalho de reportagem. Em contrapartida, sob o argumento de que os árabes, supostamente, têm os mesmos direitos dos franceses, os correligionários do escritor argelino refutam a sustentação do jornalista francês e reiteram o passado de Camus na Argélia, bem como reiteram certo projeto de desinformação ao dizer que “muitos homens como ele oferecem aos argelinos uma imagem enganosa da França”, com o objetivo de ver a população árabe “falar a língua do ódio” (CAMUS, 2007, p. 217-218).

Além disso, em artigo, o escritor salientou que, além do nacionalismo de aspiração socialista da FLN — a qual, ele argumenta não representar um projeto democrático —, encabeçada, em especial, por Abbas, havia frutos de tipo nazifascistas, culpando, em certa medida, as imprensas argelina e francesa. “Elementos democráticos são minoritários”, conforme argumentou Camus (2007, p. 214-215), pois “tenha-se em mente que o Regime de Vichy encontrou seus mais ternos apoiadores na Argélia, onde as marcas permanecem”. Ainda segundo ele, exceto os jornais *Alger Républicain* e *Oran Républicain*, “todos os diários argelinos colaboraram” com a campanha de

invasão das tropas hitleristas sobre a França; ou seja, a “democracia não tem tido uma boa imprensa na África do Norte” (CAMUS, 2007, p. 215).

A descrição realizada pelo escritor sobre o panorama argelino antes da oficialização do conflito de independência é, em certa medida, sintomática, em se tratando da animosidade crescente na região do Magreb. Enquanto células nacionalistas da população árabe começavam a se organizar e realizar ataques contra o governo colonial e os cidadãos de origem europeia, Camus foi hábil o suficiente para esclarecer que, literalmente, todos os problemas são, antes de mais nada, criações francesas:

Como conquistadores ansiosos, temos algo a aprender com a sabedoria da civilização árabe. Para aprender com essa civilização, primeiro temos que entender e servir [a] ela. Admitindo que não temos nada a ensinar, é óbvio que temos algo pelo qual precisamos pedir perdão. Nosso desejo febril e desenfreado de poder e expansão nunca será desculpado, a menos que os compensemos com uma atenção inabalável à busca da justiça e ao espírito de auto sacrifício. Apesar das ações repressivas que acabamos de tomar no norte da África, estou convencido de que a era do imperialismo ocidental acabou. A civilização material que trazemos conosco só pode se salvar se um dia trazer uma libertação mais completa a todos que ela subjugar. Então vamos ganhar a amizade das pessoas que dependem de nós. Caso contrário, colheremos ódio, como todos os vencedores que se mostram incapazes de ir além da vitória. Vítimas francesas infelizes e inocentes perderam a vida, e este crime em si é imperdoável. Mas espero que respondamos ao assassinato apenas com justiça, para não causar danos irreparáveis (CAMUS, 2007, p. 216).

Desta maneira, em primeiro momento, qualquer hipótese de defesa da manutenção da política colonial deve ser descartada — como acusado por seus críticos da época —, considerando o teor dos argumentos em defesa dos direitos do povo árabe; mais explicitamente percebido ao questionar o povo francês se desejam ser odiados por milhões de pessoas (ou seja, a população reprimida nas colônias da França). “Se sim, deixe as coisas continuarem em seu curso presente na África do Norte. Se não, acolha este povo entre os seus e o trate como iguais, usando todos os meios apropriados” (CAMUS, 2007, p. 217). Além disso, Camus (2007, p. 216) definiu que toda seara extrapola as fronteiras francesas, isto é, a culpa, antes, encontra-se espalhada por todo o continente europeu, pois, segundo ele, “a Europa deveria se [auto]acusar,

uma vez que suas constantes convulsões e contradições, ela [a Europa] tem conseguido produzir o mais longo e o mais terrível reino de barbarismo que o mundo já conheceu”.

No que se refere à população argelina, por seu turno, Camus pareceu muito mais preocupado em evidenciar as condições paupérrimas, impostas pela metrópole, nas quais a etnia predominante vivia. Ademais, alertava tanto sobre os atentados nacionalistas contra os europeus e seus descendentes quanto para a crescente descrença árabe no que concerne à democracia — a situação imposta a eles. Alimentava, afinal, a democracia francesa — e percebia o movimento político nacionalista de tipo socialista como a resposta histórica aos mais de cem anos de perversidade e barbarismo praticados pelo estado francês.

Diante do exposto, todos os indícios dão conta que, em síntese, o posicionamento de Camus está circunscrito no repúdio à violência (de toda e qualquer ordem) e na urgência de uma reparação histórica por parte da França em relação à Argélia — sob pena de erradicar, em grande parte, o apreço pela democracia em nome de uma correção histórica que não foi feita —, mesmo que a narrativa dominante na metrópole caminhasse em uma direção oposta. Suas críticas à política colonial escancaram sua insatisfação em relação ao *status quo* ditado sobre a população árabe e em uma pacificação entre os países (não restrita à diplomacia). O escritor, pelo menos até 1945, não declaradamente defendeu a independência argelina ou a manutenção colonial. A falta de um posicionamento claro e definitivo, no entanto, não deve ser tomado como omissão porque, considerando os argumentos do autor, tudo leva a crer que ele acreditava em uma autonomia federativa da Argélia. As circunstâncias históricas nas quais Camus estava inserido, considerando também sua cronologia, sugerem que, em primeira ordem, temia a fome e a repressão sobre o povo argelino e, em segunda, a supressão da democracia, seja pela política colonial, seja por um socialismo nacionalista revanchista.

Considerações finais

Ao recuperar todo o aporte metodológico construído, em especial, com base em Pocock (2013), fica elucidado que o papel de Camus no debate público francês quanto à gênese da questão argelina se dá pela inclusão das diferentes formas de repressão francesa sobre a população árabe e pela premência de uma autocrítica da França acerca de sua responsabilidade em

todo o processo de colonização. Antes dele, ao que indica a literatura, as vozes contracorrentes não existiam na arena política ou não eram ouvidas, e, além disso, o fato de esses argumentos terem sido veiculados no principal jornal independente (e que chegou a ser o terceiro em circulação em território francês), assinados pelo redator-chefe, também agregam relevância à discussão.

Há de se notar que Camus, de acordo com as evidências documentais, vem à baila ao se preocupar com o teor dos discursos na imprensa francesa sobre os acontecimentos na Argélia, isto é, o fortalecimento de uma visão homogênea dos árabes sobretudo como uma massa violenta que necessita ser coibida com urgência, por causa dos riscos que oferece. O escritor, desta maneira, exerce seu papel de articulista buscando, antes de tudo, preencher lacunas do debate público e fornecer à sociedade uma perspectiva diferente sobre a conjuntura sob a qual se fala, no caso, com base em um trabalho de reportagem de três semanas. Esses dados têm uma importância determinante porque o autor acaba imerso em dois contextos simultâneos: o da metrópole e o da colônia. Deve-se ressaltar, ademais, que os artigos de Camus também evidenciam que a população árabe lia periódicos franceses, uma vez que o argelino descreveu a recepção do texto de d'Ormesson.

Ao que tudo indica, infiro que a preocupação de Camus incidia sobre os efeitos colaterais da política colonial; seu diagnóstico, em outras palavras, dá conta de que as formas de barbárie francesas estavam inflando um revanchismo nacionalista que não tinha qualquer natureza democrática, então, o desfecho poderia ser um totalitarismo de tipo socialista que desempenharia medidas (como a dos atentados) xenófobas. Sua preocupação, explícita, do reparo histórico e de uma reaproximação diplomática da França com o povo argelino, parece ser uma forma de defender que o estado francês garanta autonomia federalista de modo que se preserve os princípios democráticos para que, ao cabo, seja possível discutir de fato a emancipação plena.

Não é possível avançar para além dessa dedução, em razão dos limites do material analisado. O que pensava Camus durante o conflito deve ser tema de um novo estudo, com o objetivo tanto de afirmar a hipótese formulada com base nos indícios encontrados como de a refutar. Há de se salientar, no entanto, que o arcabouço jornalístico de Camus durante o conflito tem uma série de circunstâncias próprias, diferentes das explanadas neste trabalho, há de se considerar, por exemplo, a repercussão de *O homem revoltado*, o rompimento com Sartre, entre outros aspectos.

Arthur Freire Simões Pires é doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGCOM/PUCRS) e graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

grohsarthur@gmail.com

Referências

BARRETO, V. **Camus: vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

BERLIN, I. Dois conceitos de Liberdade. *In*: BERLIN, I. **Estudos sobre a humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMUS, A. **Camus at Combat: writing 1944-1947**. Princeton: Princeton, 2007.

_____. **Algerian Chronicles**. Cambridge: Belknap, 2013.

_____. **O avesso e o direito**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

_____. **O homem revoltado**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

_____. **Bodas em Tipasa**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

D'ORMESSON, W. Le souci de l'Empire. **Le Figaro**, Paris, 8 mar. 1945. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t563756g/f1.item>>. Acesso em: 16 maio 2023.

DOSSE, F. **A saga dos intelectuais franceses 1944-1989**. São Paulo: Estação Liberdade, 2021.

JUDT, T. **O peso da responsabilidade: Blum, Camus, Aron e o século XX francês**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MORAES, D. **Sartre e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

PELLISSIER, P. Guerra da Argélia (1954-1962). *In*: HECHT, E.; SERVENT, P. **O século de sangue**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINTO, Manuel da Costa. Um mundo enclausurado: a polêmica entre Barthes e Camus. *In*: PERRONE-MOISÉS, L.; MELLO, M. E. **De volta a Roland Barthes**. Niterói: EdUFF, 2005.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2013.

RENOU, C. Caliban, une revue de vulgarisation intellectuelle? **Vingtième Siècle, revue d'histoire**, v. 40, p. 75-85, 1993.

SANTOS-SAINZ, M. **Albert Camus, periodista**. Madrid: Libros.com, 2016.

SKINNER, Q. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1999.

TODD, O. **Albert Camus**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

WINOCK, M. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

YAZBEK, M. **A revolução argelina**. São Paulo: Unesp, 2010.

Artigo recebido em 13/04/2023 e aprovado em 15/08/2023.